



## **PREFEITURA DE CAMPO LARGO**

### **PROJETO DE LEI 023, DE 02 DE MAIO DE 2019.**

**Dispõe sobre a instalação e utilização do Pátio Municipal para a guarda de veículos removidos, retidos e apreendidos e dá outras providências.**

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Autoriza o Poder Executivo Municipal, a manter no Município de Campo Largo, um pátio Municipal para a guarda de veículos automotores removidos ou apreendidos nos termos do artigo 262 da Lei Federal nº. 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pátio este situado à Rua Desembargador Clotário Portugal, nº 647.

**Art. 2º** Define-se para fins desta lei:

**I- Remoção:** o transporte de veículo executado por autoridade competente do Município de Campo Largo, ou por terceiro mediante determinação desta autoridade, do local em que se encontra no momento da determinação até o local destinado a sua guarda, dentro do território do Município de Campo Largo;

**II- Depósito:** a guarda de veículo em área (pátio municipal) de propriedade ou de posse do Município, destinada a esse fim;

**III- Estadia:** o tempo de permanência no pátio, ou local destinado a esse fim, decorrido entre a remoção do veículo e sua efetiva devolução ao proprietário;

**IV- Pátio:** local destinado ou utilizado para a guarda ou depósito dos veículos removidos, apreendidos ou retirados de circulação.

**Parágrafo Único** Para o caso de esgotamento da capacidade do pátio municipal ora definido, o Executivo Municipal fica desde já autorizado a definir novo local para um segundo pátio de guarda de veículos automotores removidos, retidos ou apreendidos.

**Art. 3º** As taxas relativas aos serviços de remoção e estadia de que trata esta Lei, as quais serão fixadas por decreto, deverão acompanhar aquelas fixadas pelo DETRAN/PR, e serão recolhidas em favor do Município de Campo Largo.

Projeto de Lei 023/2019 – página 3

4405/119  
07/05/19  
WJ



## **PREFEITURA DE CAMPO LARGO**

**Art. 4º** Os veículos apreendidos serão encaminhados ao Pátio Municipal, onde serão cadastrados e vistoriados pelo Agente de Trânsito e pelo proprietário, momento em que será elaborado Termo de Recolhimento de Veículo, nos termos da legislação pertinente, sobre o estado do veículo, seus pertences e acessórios.

§1ª Os veículos só adentrarão o pátio após a formalização do Termo de Recolhimento de Veículo, que será assinado por quem estiver entregando e por quem estiver recebendo o veículo.

§2º Após os veículos serem removidos ou apreendidos, eles permanecerão no pátio até sua restituição ou venda em leilão, nos termos do artigo 271 do Código de Trânsito Brasileiro.

**Art. 5º** Será permitido ao proprietário do veículo apreendido, de segunda a sexta-feira, de 8h a 11h30 e de 13h a 17h, visitar o pátio e se cientificar das condições de seu veículo, bem como de cobri-lo com lona e funcioná-lo por no máximo 05 minutos, por um prazo máximo de 10 (dez) dias.

**Art. 6º** Ficam isentos de pagamentos das taxas de que trata o art. 3º, os proprietários de veículos apreendidos por motivo de furto ou roubo, que deverão ser encaminhados aos órgãos competentes.

**Art. 7º** As motos baixadas, utilizadas em trilhas, que estiverem circulando em vias públicas, serão recolhidas, e sobre elas incidirá multa e a caracterização da infração como gravíssima, nos termos do art. 230 do Código Brasileiro de Trânsito, além das taxas de recolhimento e diárias.

**Art. 8º** A restituição dos veículos removidos só ocorrerá mediante o pagamento das multas, taxas e despesas com remoção e estada, além de outros encargos previstos na legislação.

**Parágrafo Único** A retirada dos veículos apreendidos é condicionada, ainda, ao reparo de qualquer componente ou equipamento obrigatório que não esteja em perfeito estado de funcionamento.

**Art. 9º** Os valores arrecadados com as taxas serão direcionados ao custeio da manutenção do pátio e demais despesas relativas à utilização do serviço de guincho.

**Art. 10** Para os veículos com restrição judicial ou policial, a autoridade responsável pela restrição será notificada, o que implica ciência de que o veículo poderá ser levado a leilão caso não seja regularizado e liberado, no prazo de 60 (sessenta) dias.



**Art. 11** Compete à Secretaria Municipal de Ordem Pública, ou órgão que a venha a substituir, fiscalizar o cumprimento desta lei e de administrar o Pátio Municipal para a Guarda de Veículos Removidos, Retidos ou Apreendidos.

**Art. 11** Esta lei será regulamentada por Decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias, naquilo que couber, a contar de sua publicação.

**Art. 12º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação em órgão oficial do Município, revogando-se as disposições em contrário, em especial a lei municipal nº 2475/2013.

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, em 02 de maio de 2019.

Marcelo Puppi  
Prefeito Municipal